

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
(URI)**

CAMPUS SANTO ÂNGELO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – MESTRADO E DOUTORADO

LARISSA NUNES CAVALHEIRO

**A (RE)SIGNIFICAÇÃO DA CIDADANIA A PARTIR DO RECONHECIMENTO E
PROTEÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE BRASILEIRA SOB A PERSPECTIVA
DA POLÍTICA DA LIBERTAÇÃO DE ENRIQUE DUSSEL**

SANTO ÂNGELO – RS

2023

LARISSA NUNES CAVALHEIRO

**A (RE)SIGNIFICAÇÃO DA CIDADANIA A PARTIR DO RECONHECIMENTO E
PROTEÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE BRASILEIRA SOB A PERSPECTIVA
DA POLÍTICA DA LIBERTAÇÃO DE ENRIQUE DUSSEL**

Tese de Doutorado em Direito para obtenção do Título de Doutora em Direito, pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – *Campus* Santo Ângelo-RS, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado, Linha II – Políticas de Cidadania e Resolução de Conflitos

Orientador: Prof. Dr. José Alcebíades de Oliveira Junior
Coorientador: Prof. Dr. Jacson Roberto Cervi

SANTO ÂNGELO – RS

2023

LARISSA NUNES CAVALHEIRO

A (RE)SIGNIFICAÇÃO DA CIDADANIA A PARTIR DO RECONHECIMENTO E PROTEÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE BRASILEIRA SOB A PERSPECTIVA DA POLÍTICA DA LIBERTAÇÃO DE ENRIQUE DUSSEL

Tese de Doutorado submetida à Comissão Julgadora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – *Campus* Santo Ângelo/RS como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Doutora em Direito. Área de Concentração: Direitos Especiais, Linha de Pesquisa: II – Políticas de Cidadania e Resolução de Conflitos, sob Orientação do Professor Doutor José Alcebíades de Oliveira Junior e Coorientação do Professor Jacson Roberto Cervi.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. José Alcebíades de Oliveira Junior
Orientador

Prof. Dr. Luiz Ernani Bonesso de Araujo
Avaliador Externo

Prof. Dr. Jacson Roberto Cervi
Coorientador

Prof. Dr. Leonardo da Rocha Souza
Avaliador Externo

Prof. Dr. Osmar Veronese
Avaliador Interno

Santo Ângelo/RS, 31 de março de 2023

Dedico esta Tese a Marcellina P. de Jesus



*Marcellina P de Jesus, com 100 annos de idade.
Solteira, africana, analphabeta. Chegou ao Brazil
com 10 annos de idade, teve 4 filhos.*

*(“Os Centenários” – Recenseamento do Rio de Janeiro –
Districto Federal, realizado em 20 de setembro de 1906)*

AGRADECIMENTOS

O que mais faço desde pequena é olhar para o céu. Lá eu vejo o azul do dia, o Sol, pássaros de um lado para o outro e, a noite, a escuridão estampada com muitas estrelas, onde a Lua se destaca. E penso: é a mesma visão que eu, assim como qualquer pessoa no Mundo, viu, vê e verá. A mesma luz e sombra acima de nós, mas a sensação é a mesma ao olhar para o céu? Para aquele que vê o “Sol nascer quadrado”, o céu desperta Liberdade. Para quem reza, olhar para cima reforça a Fé. Já para uma pequena agricultora, a Esperança de uma boa colheita. Há quem fique triste, porque lembra de uma pessoa que partiu. O mesmo céu, porém diferentes sensações. Assim percebo que a capacidade de sentir é comum a toda humanidade, porém de diversas formas e muitas vezes imprevisíveis.

No período de estudos no Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (PPGD/URI), foram muitos os sentimentos, porém os melhores se mantinham constantes, porque certas pessoas fizeram parte deste momento, me apoiando e inspirando e que agora agradeço, de coração, por contribuírem na realização de um sonho.

Pássaros, Colegas de turma e os demais integrantes do PPGD/URI como um todo, obrigada por compartilharem comigo o mesmo voo e o mesmo canto no dia-a-dia de estudos, em especial, a Alana Sartori e Neusa Schnorrenberger, ambas sempre contagiando o ambiente com palavras e atitudes pelo bem de todos e todas;

Estrelas, Professores que fazem do seu conhecimento o brilho que nos guia neste caminho de muito estudo e pesquisa, especialmente meu orientador Professor Dr. José Alcebíades de Oliveira Junior e Coorientador Professor Dr. Jacson Roberto Cervi;

Sol, minha Família, pelo apoio, em especial a Julieta Nunes de Moraes, Maria Claudia Nunes de Moraes e Jovelino José Signori Forcelini, que neste período me acolheram estruturalmente e carinhosamente. Gratidão por me ajudarem quando eu mais precisei;

Lua, as pessoas que ficam ao meu lado até na escuridão: Lisiane Nunes Cavalheiro, Fernando Hoffmam e Eva Senna, sempre me incentivam, torcem e ficam felizes com as minhas conquistas. A certeza de ter vocês ao meu lado, principalmente nos momentos mais difíceis, me faz sentir forte e capaz de superar as adversidades. Agradeço imensamente a vida por ter vocês comigo, longe ou perto, mas sempre no coração!

*“Tendo já feito abrir-se-em-flor o
fundamento-da-palavra que havia de ser,
tendo já feito abrir-se-em-flor um único amor
na sabedoria contida em seu ser-do-céu em
virtude de seu saber que se abre-em-flor, fez
que se abrisse-em-flor um canto sagrado em
solidão. Antes que a terra existisse, no meio da
noite antiga quando nada se conhecia, fez que
se abrisse-em-flor para si mesmo em sua
solidão um canto sagrado”.*

**(Aya Rapyta, o grande canto dos Guaranis,
núcleo gerador de seu “mundo”, de seu mundo da vida)**

RESUMO

Essa Tese está vinculada à linha de pesquisa *Políticas de Cidadania e Resolução de Conflitos*, do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* - Mestrado e Doutorado em Direito, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (PPGD/URI), *Campus* de Santo Ângelo/RS. A pesquisa evidencia a possível (re)significação da cidadania por meio da tomada de decisões políticas comprometidas com a realidade complexa e dinâmica da sociedade brasileira, que reflete uma diversidade de culturas vinculadas a biodiversidade. Deste cenário humano-ambiental emergem também uma diversidade de direitos – os Direitos da Sociobiodiversidade – que devem ser contemplados pelo exercício do poder político no Estado brasileiro, assim garantindo a manutenção da Vida de todos e todas em consonância com as diferentes “visões de mundo” - culturas. É a vontade de viver que deve preponderar frente a vontade de poder enquanto dominação, que historicamente fez e faz vítimas por meio do exercício de um poder político fetichizado, ou seja, pautado em interesses autorreferentes e assim alheio a complexidade de sociedades interculturais como a brasileira. Estas compreensões partem da teoria de base adotada para desenvolver uma Tese de natureza crítica-reflexiva, qual seja, a Política da Libertação do Filósofo argentino Enrique Dussel. Para tanto, adotou-se a seguinte metodologia: raciocínio dedutivo e abordagem analética. Quanto aos métodos de procedimento, optou-se pelo histórico, tipológico e funcionalista. Definiu-se este “caminho” metodológico para então desenvolver a seguinte inquietação de pesquisa: Como (re)significar a cidadania no sentido de superar a fetichização política brasileira e incorporar nas suas decisões o necessário reconhecimento e tutela da relação existencial decorrente da sociobiodiversidade presente no Brasil? A Tese então confirma as hipóteses levantadas, pois verifica-se um movimento de resistência e insurgência no sentido de superar a condição de vítimas do poder político fetichizado ao encontro da condição de cidadania, por meio dos movimentos sociais que tencionam – tornam-se a voz que enaltece a razão do “Outro” – pela ruptura com a ordem política fetichizada – Libertação. Reforçam o necessário reconhecimento e proteção da sociobiodiversidade brasileira enquanto garantia para a manutenção da Vida de todos e todas. Logo, a condição de cidadania reveste-se de pluralidade nesta lógica protetiva humano-ambiental indissociável, que passa a orientar a definição de políticas públicas pautadas no diálogo crítico-existencial – intercultural – decorrente da razão do “Outro”, aqui refletido na sociobiodiversidade brasileira. Neste sentido, a interculturalidade torna-se a essência das políticas públicas definidas por meio do referido diálogo, que revela o comum a todos e todas, a vontade de viver, e, para tanto, a cidadania é (re)significada ao encontro da realidade socioambiental brasileira, complexa e dinâmica em decorrência da sua sociobiodiversidade.

Palavras-chave: Cidadania. Fetichização. Poder. Política da Libertação. Sociobiodiversidade.

RESUMEN

Esta Tesis está vinculada a la línea de investigación Políticas de Ciudadanía y Resolución de Conflictos, del Programa de Posgrado stricto sensu - Maestría y Doctorado en Derecho, de la Universidad Regional Integrada del Alto Uruguai e das Missões (PPGD/URI), Campus de Santo Angelo/RS . La investigación destaca la posible (re)significación de la ciudadanía a través de la toma de decisiones políticas comprometidas con la realidad compleja y dinámica de la sociedad brasileña, que refleja una diversidad de culturas vinculadas a la biodiversidad. De este escenario humano-ambiental, emerge también una diversidad de derechos - Derechos de la Sociobiodiversidad - que deben ser contemplados por el ejercicio del poder político en el Estado brasileño, garantizando así el mantenimiento de la Vida de todos y todas en consonancia con los diferentes "visiones del mundos" - culturas. Es la voluntad de vivir la que debe prevalecer sobre la voluntad de poder como dominación, que históricamente hizo y sigue haciendo víctimas mediante el ejercicio de un poder político fetichizado, es decir, basado en intereses autorreferenciales y por tanto ajeno a la complejidad de sociedades interculturales como la brasileña. Estos entendimientos parten de la teoría básica adoptada para desarrollar una tesis de carácter crítico-reflexivo, a saber, la Política de Liberación del filósofo argentino Enrique Dussel. Por lo tanto, se adoptó la siguiente metodología: razonamiento deductivo y enfoque analítico. En cuanto a los métodos de procedimiento, se optó por el histórico, el tipológico y el funcionalista. Se definió este "camino" metodológico para luego desarrollar la siguiente inquietud de investigación: ¿Cómo (re)significar la ciudadanía para superar la fetichización política brasileña e incorporar en sus decisiones el necesario reconocimiento y protección de la relación existencial resultante de la sociobiodiversidad presente en Brasil? La Tesis entonces confirma las hipótesis planteadas, ya que existe un movimiento de resistencia e insurgencia en el sentido de superar la condición de víctimas del poder político fetichizado para cumplir con la condición de ciudadanía, a través de movimientos sociales que pretenden convertirse en la voz que exalta la razón del "Otro" – por la ruptura con el orden político fetichizado – Liberación. Refuerzan el necesario reconocimiento y protección de la sociobiodiversidad brasileña como garantía para el mantenimiento de la Vida de todos los hombres y mujeres. Por lo tanto, la condición de ciudadanía asume la pluralidad en esta inseparable lógica protectora humano-ambiental, que pasa a orientar la definición de políticas públicas a partir del diálogo crítico-existencial -intercultural- a partir de la razón del "Otro", aquí reflejado en la Socio-biodiversidad brasileña. En este sentido, la interculturalidad se convierte en la esencia de las políticas públicas definidas a través del mencionado diálogo, que revela lo que es común a todos, la voluntad de vivir, y, por lo tanto, la ciudadanía se (re)significa frente a la realidad del entorno socioambiental brasileño, complejo y dinámico, como resultado de su sociobiodiversidad.

Palabras-clave: Ciudadanía. Fetichización. Poder. Política de Liberación. Sociobiodiversidad.

ABSTRACT

This Thesis is linked to the research line Citizenship Policies and Conflict Resolution, of the Postgraduate Program *stricto sensu* - Masters and Doctorate in Law, of the Integrated Regional University of Alto Uruguai e das Missões (PPGD/URI), Campus de Santo Angelo/RS. The research highlights the possible (re)signification of citizenship through political decision-making committed to the complex and dynamic reality of Brazilian society, which reflects a diversity of cultures linked to biodiversity. From this human-environmental scenario, a diversity of rights also emerge – the Rights of Sociobiodiversity – which must be contemplated by the exercise of political power in the Brazilian State, thus guaranteeing the maintenance of the Life of all in line with the different “worldviews” - cultures. It is the will to live that must prevail over the will to power as domination, which historically made and still makes victims through the exercise of a fetishized political power, that is, based on self-referential interests and thus oblivious to the complexity of intercultural societies such as the Brazilian one. These understandings depart from the basic theory adopted to develop a Thesis of a critical-reflexive nature, namely, the Liberation Policy of the Argentine philosopher Enrique Dussel. Therefore, the following methodology was adopted: deductive reasoning and analytical approach. As for the procedural methods, the historical, typological and functionalist methods were chosen. This methodological “path” was defined to then develop the following research concern: How to (re)signify citizenship in the sense of overcoming the Brazilian political fetishization and incorporating in its decisions the necessary recognition and protection of the existential relationship resulting from the socio-biodiversity present in the Brazil? The Thesis then confirms the hypotheses raised, as there is a movement of resistance and insurgency in the sense of overcoming the condition of victims of fetishized political power to meet the condition of citizenship, through social movements that intend to – become the voice that praises the reason of the “Other” – for the break with the fetishized political order – Liberation. They reinforce the necessary recognition and protection of Brazilian socio-biodiversity as a guarantee for the maintenance of the Life of all people. Therefore, the condition of citizenship takes on plurality in this inseparable human-environmental protective logic, which begins to guide the definition of public policies based on critical-existential dialogue – intercultural – arising from the reason of the “Other”, here reflected in the Brazilian socio-biodiversity. In this sense, interculturality becomes the essence of public policies defined through the aforementioned dialogue, which reveals what is common to all, the will to live, and, therefore, citizenship is (re)signified in the face of reality Brazilian socio-environmental environment, complex and dynamic as a result of its socio-biodiversity.

Keywords: Citizenship. Fetishization. Power. Politics of Liberation. Sociobiodiversity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 A SOCIOBIODIVERSIDADE BRASILEIRA E SUAS IMPLICAÇÕES ECOLÓGICO-JURÍDICAS: O EMERGENTE RECONHECIMENTO NO DIREITO	188
2.1 Biodiversidade: a riqueza natural de um país continental e a necessária tutela ao encontro da sustentabilidade	19
2.2 Diversidade cultural: a identidade brasileira enquanto intercultural.....	38
2.3 Os Direitos da Sociobiodiversidade: o vínculo existencial entre as diversidades cultural e natural	55
3 O PRINCÍPIO DO “ENCOBRIMENTO” DA SOCIOBIODIVERSIDADE BRASILEIRA	72
3.1 A noção de “encobrimento” do continente americano a partir de 1492.....	73
3.2 O “Outro” encoberto em 1500	87
3.3 O “encobrimento” no mundo globalizado sob a hegemonia capitalista-tecnológica das empresas transnacionais.....	100
4 O “ENCOBRIMENTO” DA SOCIOBIODIVERSIDADE BRASILEIRA NO ATUAL ÂMBITO POLÍTICO	113
4.1 A fetichização do poder político enquanto dominação e a (in)visibilidade representativa.....	114
4.2 O Estado brasileiro e a (des)valorização da sociobiodiversidade: as políticas socioambientais autorreferentes	125
4.3 Cidadania manipulada e manipulável: o (des)informado “cidadão de bem” e o reforço do poder político fetichizado	142
5 PARA UM (RE)PENSAR DEMOCRÁTICO INTERCULTURAL: A SOCIOBIODIVERSIDADE ENQUANTO <i>POTENTIA</i>	155
5.1 Superando os valores da Modernidade: a visibilidade na Transmodernidade dos rostos encobertos.....	156
5.2 Movimentos sociais: a libertação das vítimas da ordem política fetichizada em direção à cidadania participativa	167

5.3 A necessária interculturalidade na definição de políticas de cidadania: a libertação a partir de um diálogo crítico-existencial	180
6 CONCLUSÃO.....	195
REFERÊNCIAS.....	200

1 INTRODUÇÃO

O Brasil congrega em seu território significativa biodiversidade e pluralidade cultural, que se relacionam e implicam numa existência una, porém plural, complexa e dinâmica. Trata-se da sociobiodiversidade brasileira, principal característica do país, que traduz a plenitude da Vida, pois reflete o aspecto natural – biomas – e os diferentes modos de vida – culturas –, revelando uma relação existencial indissociável entre o humano e a natureza, onde a vontade de viver do primeiro se materializa por meio da segunda, quando ecologicamente equilibrada. E desta vinculação humano-ambiental emergem uma diversidade também de direitos – os Direitos da Sociobiodiversidade –, denotando o necessário reconhecimento para a garantia de condições de manutenção da Vida, ciente da pluralidade de culturas associadas a biodiversidade, que a compõe.

Em termos de sociobiodiversidade, cultura e biodiversidade são indissociáveis, como dito, há uma relação existencial entre ambas que define usos e costumes, identidade enquanto pertencimento a natureza, normas de convivência, e, sobretudo, noções de sustentabilidade, formando o conhecimento tradicional dos povos tradicionais indígenas e não-indígenas. Porém, desde a chegada do europeu no território tal dinâmica e complexidade não é compreendida e segue até os dias atuais, agora em relação à noção de cidadania. Formalmente, esta significa o vínculo jurídico-político com determinado Estado, denotando direitos e deveres as pessoas que se encontram no seu território. Logo, as decisões políticas tomadas deveriam refletir o bem comum em consonância com a realidade socioambiental brasileira, e, para tanto, ter conhecimento daquela que é a principal característica do país: a sociobiodiversidade.

Frente a isto, definiu-se a seguinte inquietação que guiou o desenvolvimento da Tese: Como (re)significar a cidadania no sentido de superar a fetichização da política brasileira e incorporar nas suas decisões o necessário reconhecimento e tutela da relação existencial decorrente da sociobiodiversidade presente no Brasil?

Partindo desta questão, iniciou-se o desenvolvimento da Tese, com o intuito de estabelecer um trabalho de cunho crítico-reflexivo em torno do conceito de cidadania, indo além da compreensão formal para então abarcar a realidade complexa e dinâmica decorrente da sociobiodiversidade brasileira. Quando se trata de reconhecê-la e protegê-la, a concepção de cidadania deve então passar por uma (re)significação no sentido de superar a invisibilidade

– exclusão – reforçada no âmbito político, quando alheio a realidade socioambiental constante no território brasileiro. Para tanto, a teoria de base utilizada foi a Política da Libertação do Filósofo argentino Enrique Dussel, no sentido de estabelecer uma abordagem crítica frente ao atual contexto político brasileiro, em especial, o governo federal do período compreendido entre os anos 2019 - 2022, que em suas decisões e definições de políticas públicas se mostra avesso a importância da sociobiodiversidade brasileira quando se trata de assegurar condições de manutenção da Vida de todos e todas.

Então, o desenvolvimento da Tese inicia-se no capítulo 2 destacando os dois elementos que compõe a sociobiodiversidade do país, trazendo informações acerca da biodiversidade presente no território de dimensões continentais, ou seja, da fauna e flora correspondente a cada Bioma, tão importantes para a garantia do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, motivo pelo qual crescente a preocupação em estabelecer um paradigma de desenvolvimento sustentável, que assegure a dimensão ecológica da dignidade humana. Em termos de sociobiodiversidade, liga-se a biodiversidade a diversidade de culturas que forma a identidade intercultural brasileira, momento em que destacou-se a formação do povo brasileiro e os seus diferentes modos de vida associados a natureza, originados a partir da miscigenação entre indígenas, europeus e negros. Consciente da relação humano-ambiental, ou seja, do vínculo existencial entre biodiversidade e culturas, emergem direitos em consonância com esta realidade complexa e dinâmica – os “Direitos da Sociobiodiversidade”, que demandam a compreensão de cidadania em conformidade com as diferentes “visões de mundo”, pois implicam, muitas vezes, em noções diversas da estatal de direitos como propriedade, educação, saúde, dentre outros. São os direitos emergentes da vivência dos povos tradicionais, necessários para a garantia das suas Vidas em consonância com as suas culturas, que resistem a cada geração por meio dos conhecimentos tradicionais transmitidos, apesar de negados e até mesmo lesados pelo próprio Estado brasileiro. Com esta exposição, cumpriu-se com o objetivo específico de compreender o vínculo existencial entre o humano e o ambiental a partir da sociobiodiversidade brasileira, porque imperioso entender tal relação de onde emergem os referidos direitos e que ao garanti-los tutela-se a Vida em sua plenitude, pois abarca tanto a biodiversidade, quanto os diferentes modos de vida – culturas.

Porém, apesar da importância deste cenário humano-ambiental brasileiro, o âmbito sociopolítico historicamente exclui da condição de sujeitos de direitos pessoas que não se mostram existencialmente condizentes com o projeto de desenvolvimento estabelecido por

meio de decisões políticas. As raízes históricas desta negação da condição de cidadania a muitos homens e mulheres foram expostas na sequência, no capítulo três. Denominada “Encobrimento” por Dussel, que iniciou em 1492 com a invasão do Europeu no continente hoje conhecido como América Latina, momento em que se deparou com o diferente, o “Outro” – povos originários. Este passa a ser compreendido a partir do “si-mesmo” europeu, fundamentando na diferença uma relação pautada em superioridade-inferioridade cultural, que justificou o emprego da dominação e violência como meios para um fim maior, qual seja, “salvar” o “bárbaro” da sua condição inferior e inseri-lo no projeto civilizacional – hegemônico e eurocêntrico. Este mesmo paradigma foi empregado na invasão do território hoje elementar do Estado brasileiro, levando muitos homens e mulheres a invisibilidade – negação – em termos de cidadania. O tempo passa e o “encobrimento” assume outras formas, agora percebido na globalização impulsionada pela racionalidade capitalista-tecnológica das empresas transnacionais, (des)valorizando as pessoas e a biodiversidade por meio da racionalidade econômica, percebendo ambas a partir do “si-mesmo” capital, logo, seguem enquanto meios para um fim – o lucro a qualquer custo humano-ambiental. Ao expor o “encobrimento” da sociobiodiversidade brasileira, iniciado no século XVI e ainda presente na atualidade, cumpriu-se com outro objetivo específico da pesquisa, relacionado a examinar este processo histórico de negação no contexto histórico sociopolítico.

Passados os momentos conceituais-históricos da Tese, parte-se, no capítulo quatro, para a análise da noção dusseliana de poder político fetichizado enquanto dominação e exclusão, construído no referido processo, primeiramente civilizacional, e, posteriormente presente nas atividades das transnacionais, ambos reduzindo a concepção de desenvolvimento – qualitativo – aos aspectos quantitativos de crescimento econômico, muitas vezes auxiliadas pelo Estado neste sentido. E assim, mais uma vez, a sociobiodiversidade é negada em sua complexidade existencial, negação que agora é reforçada por meio das decisões políticas quando tomadas pelo exercício do supracitado poder, que ao invés de determinadas medidas para o bem comum de todos e todas, restringe-se a assegurar os interesses daquele que o exerce ou de determinado grupo. Dominação e violência são as marcas do poder político fetichizado, que se desdobram em políticas socioambientais autorreferentes, ou seja, refletem a vontade de poucos em detrimento da vontade de viver de muitas pessoas, assim não representando a Vida em sua plenitude – a sociobiodiversidade brasileira. Desta forma, faz vítimas ao invés de reconhecer a condição de cidadania a todos e todas. Como reforço

contemporâneo a manutenção de vítimas e não da Vida, surge o autodenominado “cidadão de bem”, sujeito coletivo manipulado e manipulável a medida que a fetichização se amplia no exercício do poder político, ampliando também a violência como meio para assegurar a manutenção do poder, em detrimento dos Direitos da Sociobiodiversidade e o Direito a informação – verdadeira.

Por último, no capítulo 5, objetivando ilustrar a definição de políticas de cidadania ao encontro da libertação das vítimas da ordem política fetichizada, destacou-se a interculturalidade como elemento para um diálogo crítico-existencial, comprometido com a pretensão de reconhecer a sociobiodiversidade brasileira enquanto *potentia* – vontade viver –, que implica na compreensão de cidadania nestes termos, então (re)significando-a. Ciente disto, os valores que caracterizaram a Modernidade e sua falácia desenvolvimentista devem ser superados – Transmodernidade –, movimento que traz à tona a razão do “Outro” e não mais a razão moderna – irracional –, como núcleo das políticas de cidadania. Este fenômeno social se desdobra em movimentos, quais sejam, os sociais, formando sujeitos coletivos pretensos a Libertação – ruptura – com o poder político fetichizado, tornando-se a voz – representando – o “Outro” e as demandas socioambientais envolvidas, denotando o aspecto participativo da cidadania. Cientes do real valor da Vida – sociobiodiversidade brasileira – interpelam por ela e assim reforçam a interculturalidade numa espécie de diálogo crítico-existencial, que se forma por meio da dinâmica de resistência e insurgência contra o poder político fetichizado, responsável pelo número intolerável de vítimas.

Para a elaboração da Tese adotou-se determinado “caminho” metodológico que orientaram as reflexões desenvolvidas ao encontro da possível resposta a inquietação acima destacada. Considerando os ensinamentos de Umberto Eco (2007, p. 33) para a escolha do tema, deve o “quadro metodológico da investigação” estar “ao alcance da experiência do candidato”. Para tanto, o modo de raciocínio predominante foi o dedutivo, pois parte-se da amplitude conceitual da cidadania para definir uma (re)significação em termos de reconhecimento e proteção da sociobiodiversidade brasileira e que igualmente seja refletida na ordem política. Neste sentido, propõe-se a superação da lógica do poder enquanto dominação e exclusão, logo, alheio a complexidade e dinamismo do vínculo existencial entre o humano e o ambiental, que se desdobram em modos de vida sustentáveis e identidades culturais.

Quanto ao método de abordagem, Conforme Lakatos e Marconi (2017), caracteriza-se pela amplitude da abordagem, denotando um nível de significativa abstração, dos fenômenos da natureza e sociedade. Assim, a pesquisa adotou a abordagem epistemológica “analética” (DUSSEL)¹, pois se pretendeu com a presente Tese desenvolver e reforçar a crítica e a necessária transformação em relação à ordem política que produz vítimas – fetichizada –, pautada numa lógica excludente de cidadania quando alheia a realidade complexa e dinâmica da relação existencial humano-ambiental de países como o Brasil. Tal vínculo historicamente é percebido de forma compartimentada e reducionista, sendo as partes “valorizadas” numa perspectiva econômica e desvalorizadas em relação a políticas de cidadania para o desenvolvimento da Vida de todos e todas. Portanto, foram estudados processos históricos de “encobrimento” que resultaram na formação do bloco social dos oprimidos – dentre eles, indígenas, negros, mulheres, etc. – destacando-se neste trabalho as pessoas que compõe a sociobiodiversidade brasileira.

O supracitado método é proposto por Dussel em sua práxis da libertação para produzir conhecimento e reflexões filosóficas a partir do “Outro”, da razão daqueles que são oprimidos e excluídos, ou seja, perceber a realidade sob a ótica destes que são vítimas da ordem política fetichizada. Fundamenta-se na razão do “Outro” vulnerável que interpela pela Vida e em nome da Vida, tornando a analética além de “método que se aplica na abordagem do real”, uma “postura diante do real, como uma postura pedagógica que aprende e apreende pela escuta, que se deixa ensinar pela práxis fundamentada na razão do outro [...]” (COSTA, 2015, p. 59 – 60).

Quanto aos métodos de procedimento, Lakatos e Marconi (2019, p. 108) elucidam que “seriam etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos e menos abstratas”. E seguem: “Pode-se dizer até que são técnicas que, pelo uso mais abrangente, se erigiram em métodos. Pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno e estão limitados a um domínio particular” (LAKATOS; MARCONI, 2019, p. 108). Para a realização da pesquisa, foram utilizados os seguintes métodos de procedimentos: histórico, tipológico e funcionalista.

¹ Considerando a estrutura prevista para o desenvolvimento da pesquisa, orientada pela metodologia adotada, com a pretensão de atender o proposto a ser estudado e exposto em cada capítulo, que então se definem abordagens específicas, conforme os ensinamentos de Hahn (2020 – informação verbal) e que serão descritas no início de cada capítulo.

O primeiro foi necessário para a realização de uma retrospectiva conceitual-histórica até a origem do “encobrimento do Outro” na América Latina, e, em especial, no Brasil, para verificar o desenvolvimento e manutenção de uma ordem política de encontro à noção de cidadania inclusiva, que na tomada de decisões produz vítimas pois nega as condições necessárias para a manutenção da Vida de todos e todas. O método de procedimento histórico “preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos” (LAKATOS; MARCONI, 2019, p. 108).

Quanto ao segundo método de procedimento, utilizou-se com a pretensão de estabelecer um tipo ideal de cidadania, ou seja, uma (re)significação, não se contentando em apenas selecionar e analisar a realidade, mas contribuir com esta (WEBER, apud LAKATOS; MARCONI, 2019), no sentido de conferir o necessário reconhecimento e proteção da sociobiodiversidade, ressaltando os principais aspectos da Política da Libertação de Enrique Dussel. Por fim, optou-se pelo método funcionalista devido à interpretação que este confere à noção de sociedade, necessária para guiar a pesquisa, qual seja: “como uma estrutura complexa de grupos ou indivíduos, reunidos numa trama de ações e reações sociais”, assim como “um sistema de instituições correlacionadas entre si, agindo e reagindo umas em relação às outras” (LAKATOS; MARCONI, 2019, p. 112).

Quanto às técnicas de pesquisa, realizou-se uma análise bibliográfica, envolvendo livros e artigos acadêmicos, em especial, a vasta e importante obra de Enrique Dussel, assim como de outros pensadores e pensadoras envolvidas na temática abordada na Tese. Seguindo os ensinamentos de Umberto Eco (2007), a bibliografia é um dos elementos que justifica a escolha do tema, pois encontram-se acessíveis e são manuseáveis. A referida técnica volta-se para as fontes secundárias, com a finalidade de “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas quer gravadas”, não se tratando de “mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto”, pois é possível “o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (MARCONI; LAKATOS, 2018, p. 63).

Também foi realizada consulta a legislação do Estado brasileiro, principalmente as normas que tratam do direito cultural e direito ambiental. Da mesma forma, se fez necessário à consulta de sites institucionais do governo federal para a verificação de decisões – e até

mesmo a ausência delas – em relação à definição de políticas públicas ao encontro do reforço da condição de cidadania de todos e todas que se encontram no território brasileiro, principalmente, as pessoas destacadas na Tese como elemento subjetivo da sociobiodiversidade brasileira. Da mesma forma a mídia eletrônica foi verificada para extrair as manifestações de agentes políticos, assim identificando a noção desenvolvida em seus discursos envolvendo o poder político frente as questões socioambientais.

O tema ora proposto reflete os objetivos da linha de pesquisa “Políticas de Cidadania e Resolução de Conflitos” inserida no âmbito do PPGD/URI Santo Ângelo - RS, pois com a pesquisa desenvolvida neste trabalho pretendeu-se definir um momento crítico-reflexivo com o intuito de (re)significar a cidadania ao encontro do reconhecimento e proteção da sociobiodiversidade brasileira e, para tanto, utilizou-se a Filosofia e Política da Libertação de Enrique Dussel. Assim, ressalta-se a necessária garantia de direitos constitucionalmente assegurados numa percepção comprometida com o complexo e dinâmico vínculo existencial humano-ambiental a partir da sociobiodiversidade brasileira, que além de denotar as diversidades culturais e naturais do país, é cenário de uma diversidade de direitos que devem ser garantidos através de políticas de cidadania em consonância com as diferentes percepções de “mundo”, logo, de Vida. De tal modo, afirmam-se as condições necessárias para a sua manutenção de forma digna, num sentido intercultural de existência humano-ambiental.